



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## DISCURSOS VISUAIS E VERBAIS SOBRE ÁFRICA(S) E RELAÇÕES RACIAIS EM MANUAIS ESCOLARES DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Aracy Alves Martins

NERA/Ceale/Fae/UFMG

[aracymartins60@gmail.com](mailto:aracymartins60@gmail.com)

Célia Abicalil Belmiro

NERA/Ceale/Fae/UFMG

[celiab@terra.com.br](mailto:celiab@terra.com.br)

Victor Barros

Fac. Letras Univ. de Coimbra

[v-barros@hotmail.com](mailto:v-barros@hotmail.com)

Victor Semedo

Ministério de Educação de Cabo Verde

[victorsemedo@hotmail.com](mailto:victorsemedo@hotmail.com)

*Epistemologias do Sul.*

*Trata-se do conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão dos saberes levada a cabo, ao longo os últimos séculos, pela norma epistemológica dominante, valorizam os saberes que resistiram com êxito e as reflexões que estes têm produzido e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo entre saberes chamamos ecologia dos saberes.*

Boaventura Souza Santos et al, Prefácio, 2010, p. 12.

### Introdução

Considerando, já de início, uma pluralidade, quando se trata dos diferentes países que compõem o continente africano, além de especificidades, quando se trata de países africanos de língua portuguesa – Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe –, declaramos, de antemão, que, no bojo desses cinco países, serão analisados, neste texto, manuais escolares de Cabo Verde, destacados do interior da pesquisa, “Discursos e Representações sobre a África e os Negros nos Manuais Escolares em Países de Língua Portuguesa”, com verba do CNPq, nascida, numa perspectiva multidisciplinar, no interior de processos de formação de professores, na Faculdade de Educação da UFMG, mais especificamente no LASEB - Programa de Pós-graduação Especialização *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica -, conforme estabelece a Lei brasileira 10.639/03, que torna obrigatório, no Brasil, o estudo de História da África e Culturas Afro-Brasileiras (atualizada pela Lei 11.645, de março 2008, que inclui as Culturas Indígenas), “no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras”.

Naturalmente, esta pesquisa lança uma pergunta como a de Amina Mana (2010, p. 603): *seria ético estudar a África?*, quando decide lançar um olhar sobre as várias



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Áfricas, em sua multiplicidade e diversidade contextual, histórica e culturalmente construídas, por uma perspectiva menos eurocêntrica e mais investida das concepções de países, como o Brasil, que também precisam buscar as Epistemologias do Sul (SANTOS, 2010), para entender suas problemáticas, em processo, nesse mundo globalizado. Segundo Mia Couto (2005, p. 62), por essa preocupação [eurocêntrica] caminharam (...) disciplinas que até recentemente procuravam identificar essências em lugar de processos.

São processos que se pretende analisar, quando uma pesquisa se debruça sobre Manuais Escolares públicos de qualquer país, já que estes instrumentos de ensino e aprendizagem representam, sincronicamente, o que há de mais pulsante, em cada momento histórico, e, segundo Forquin (1993), traduzem traços dominantes do sistema cultural de uma sociedade.

Na sociedade brasileira, contexto dessa pesquisa e dos subseqüentes processos de formação de professores, pela perspectiva das Ciências Sociais, Silva *et al* vem denunciando, em suas pesquisas, uma centralidade discursiva na *branquidade normativa*, isto é, no branco como norma de humanidade (SILVA e ROSEMBERG, 2008, p. 105), em que se pode observar, nos livros didáticos brasileiros, o branco como representante da espécie *versus* a sub-representação do negro.

Nas palavras de Gomes (2010), a pesquisa indaga: será que o mesmo acontece com os manuais didáticos dos outros países de língua de expressão portuguesa? Em quais países esse processo tem sido revisto em uma perspectiva crítica? A pesquisa indaga ainda: tal necessidade é específica da sociedade brasileira ou é sentida pelos países africanos de língua de expressão portuguesa? Ou seja, há necessidade de um maior conhecimento sobre a história da África entre os próprios países africanos? Como os manuais didáticos expressam essa situação? (GOMES, 2010).

Metodologicamente, esta pesquisa, pelo ponto de vista da ACD – Análise Crítica do Discurso –, busca perceber até que ponto os manuais escolares consideram a linguagem e a literatura, não somente como uma prática discursiva, mas também, e sobretudo, como uma prática social, ou seja, como um modo de ação pelo qual as pessoas podem agir sobre o mundo, sobre as outras (Cf. Fairclough, 2001). Nesse sentido, a pesquisadora Amina Mama, argumenta que a tradição do estudo acadêmico em África sempre rejeitou o pressuposto liberal que privilegia a exigência de não



envolvimento e de distanciamento comprometido e da ação. Para os africanos, continua a argumentação, a pesquisa acadêmica ética é uma pesquisa socialmente responsável e que defende a liberdade, não uma pesquisa isenta de responsabilidade social (Mama, 2010, p. 634).

Este texto apresenta, em primeiro lugar, uma contextualização dos dois países objeto deste texto, Brasil e Cabo Verde; em segundo lugar, dados mais gerais relativos às políticas de avaliação e distribuição de manuais escolares, no que tange ao Brasil, Cabo Verde, relacionando-as às de outros países africanos de língua portuguesa; em terceiro lugar, apresenta dados relativos a manuais escolares de Português de Cabo Verde.

### **Contextualização**

Com a finalidade de contextualizar os dois países pelas perspectivas sociológica, histórica, política, econômica, educacional ou das relações raciais, recorre-se aqui a autores que se voltaram para esses aspectos, focalizando Brasil e Cabo Verde.

### **BRASIL**

Pelo ponto de vista das relações raciais, afirma Gomes (2010) que o Brasil se constitui em uma sociedade multirracial que abriga um contingente significativo de descendentes de africanos. Segundo esta autora, com base no Censo 2000, considerando ainda o Brasil com 170 milhões de habitantes, destes: 91 milhões se autoclassificam como brancos (53,7%); 10 milhões como pretos (6,2%); 65 milhões como pardos (38,4%); 761 mil como amarelos (0,4%); 734 mil como indígenas (0,4%).

No tocante à avaliação de livros didáticos, no Brasil, o Guia de Livros Didáticos do PNLD, destinado aos professores, se norteia por princípios gerais de avaliação, dos quais destacamos aqui aqueles relacionados às relações raciais: é esperado que o livro didático: promova positivamente a imagem de afrodescendentes e descendentes das etnias indígenas brasileiras, considerando sua participação em diferentes trabalhos e profissões e espaços de poder; (...) dando visibilidade aos seus valores, tradições, organizações e saberes sociocientíficos; (BRASIL/MEC, 2007, p. 35).



## CABO VERDE<sup>1</sup>

País africano constituído por dez ilhas, sendo nove habitadas, e situado no Oceano Atlântico a cerca de 455 km do Senegal. De reduzida dimensão territorial, as ilhas que formam o arquipélago de Cabo Verde se estendem por uma área de cerca de 4033 km<sup>2</sup>. A população residente no país é estimada em cerca de meio milhão de habitantes, mas com uma forte diáspora espalhada pelos diferentes continentes **que ultrapassa inclusive o total da população residente no arquipélago**. A falta de recursos naturais e as escassas chuvas no arquipélago determinaram a partida de muitos caboverdianos para o estrangeiro, fazendo com que a emigração constitua uma das componentes da dinâmica histórica, social e populacional do arquipélago.

Colónia portuguesa durante cinco séculos (1460-1975), Cabo Verde se torna independente em 1975, na sequência das lutas de libertação nacional desencadeadas pelo PAIGC (Partido Africano para a Independência de Guiné e de Cabo Verde), a partir da década de 1960, na Guiné e em Cabo Verde.

República soberana assente nos três poderes – o legislativo, o executivo e o judicial – Cabo Verde é governado por um regime democrático sufragado pela vontade popular, expressa nas eleições legislativas e presidenciais que são realizadas de cinco em cinco anos.

Entre 1975, altura da declaração pública da independência nacional, e 1990, Cabo Verde foi governado por um sistema de partido único (o PAIGC, posteriormente PAICV em 1980, após a separação da Unidade com a Guiné Bissau). A partir de 1990, dá-se a abertura legal para o regime multipartidário, terminando assim a vigência do modelo do então partido único.

A aposta na educação foi sempre uma constante dos diferentes regimes e governos que chefiaram os destinos políticos do país. A escassez de quadros formados após a independência levou a que o governo incentivasse a formação no país (primário/básico e secundário) e no estrangeiro (superior e técnico médio) para suprir a exiguidade de mão de obra formada no arquipélago.

---

<sup>1</sup> Agradecemos a contribuição específica do co-autor caboverdiano, Victor Barros. Por isso foram respeitadas, nesta parte do texto, as características da língua portuguesa de Cabo Verde, mais próxima, principalmente nos acentos, ao português de Portugal.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

O modelo do sistema educativo está desenhado com a seguinte configuração: o ensino pré-escolar (definida como a primeira etapa da educação básica no processo de educação, devendo favorecer a formação equilibrada da criança. Destina-se, segundo a nossa Lei de Base, às crianças com idade compreendida entre 3 anos a 5 anos e é ministrada em estabelecimentos da educação Pré-escolar, públicos, privados); o ensino básico (universal, obrigatório e gratuito. Tem uma duração de 6 anos e divide-se em 3 fases de 2 anos cada. Destina-se às crianças com idade de 6 a 11 anos); o ensino secundário (tem a duração de 6 anos lectivos e divide-se em 3 ciclos de ensino tendo uma particularidade de a partir do 2º ciclo estar vocacionada para a vida activa (cursos técnicos) ou para prosseguimentos de estudo (Via geral). Destina-se às crianças com idade de 11 e mais anos); e o ensino superior (Destina-se aos jovens na idade entre os 18 e os 25 anos mas também é permitida a frequência ao ensino médio/superior dos indivíduos maiores de 25 anos, que tenham concluído o ensino secundário). (Cf. Ministério da Educação e Desporto de Cabo Verde:

[http://www.minedu.gov.cv/index.php?option=com\\_docman&Itemid=32&limitstart=15](http://www.minedu.gov.cv/index.php?option=com_docman&Itemid=32&limitstart=15))

Vários são os protocolos assinados desde a independência com diferentes governos estrangeiros no sentido de apoiar a educação, sobretudo em termos de formação de quadros (professores, técnicos, administradores e pedagogos), como também em termos de produção de materiais de suporte como manuais e outros materiais didácticos.

Relativamente aos manuais, pode-se afirmar que a sua produção e concepção sempre esteve a cargo de técnicos caboverdianos e portugueses. Aliás, a presença de Portugal na produção de manuais caboverdianos é uma constante ao longo dos tempos. Se no ensino básico/primário pode-se identificar alguns manuais voltados em certa medida para a realidade do país, no ensino secundário, por vezes, a carência é colmatada com manuais de Portugal que são “adoptados” e “adaptados” em função dos conteúdos, das temáticas e dos níveis de ensino, por exemplo, em disciplinas como História, Ciências Naturais ou Geografia.

A produção (com apoio de parceiros estrangeiros) e a distribuição dos manuais oficiais nacionais é da responsabilidade do Ministério da Educação. Este os distribui para diferentes pontos do país e para diferentes delegações e casas comerciais que as



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

vendem aos interessados ou destinatários (professores, pais e encarregados de educação, etc.).

Dadas as condições da sua produção (as equipas, o orçamento, a dependência em relação aos financiadores, o distanciamento de alguns manuais em relação à realidade cabo-verdiana), pode-se considerar que os manuais são sempre um desafio à complexidade da realidade histórica e social de Cabo Verde. Por exemplo, sendo um país constituído por dez ilhas, deve-se sempre ter em atenção a diversidade das tradições locais, dos hábitos e das práticas costumeiras das diferentes ilhas.

São escassas, para não dizer inexistentes, as referências sobre África e africanos nos manuais actuais. Se, no primeiro período após a independência nacional em 1975, eram frequentes as referências e a convocação de uma memória que tinha na África a sua fonte heurística principal, actualmente, são escassas as menções relativas àquele continente. De fonte de legitimação das tradições consideradas nacionais, a África passou para um campo cada vez mais mítico e distante do imaginário cabo-verdiano.

Sendo Cabo Verde um país cuja história ficou marcada pela implementação de um sistema escravocrata entre os séculos XVI e XIX, as atenções que os manuais dedicam à problemática da escravatura fica quase centrada na acentuação da ideia segundo a qual Cabo Verde terá desempenhado um papel de relevo no tráfico de escravos, devido à sua então posição geo-estratégica no Atlântico. Ao mesmo tempo, uma problematização mais crítica e desconstrutiva fica sempre subalternizada por uma certa romantização do discurso da mestiçagem, da inexistência do racismo em Cabo Verde, com todos os efeitos perversos que determinados discursos escondem. Por exemplo, o mito do não racismo é mais flagrante, sobretudo na forma como os cabo-verdianos elaboram representações e imagens sobre os imigrantes africanos do continente que estão instalados e fazem comércio em Cabo Verde. Designados de *mandjáku* (nome de uma das etnias da Guiné Bissau) pelos cabo-verdianos, esta forma de representação pejorativa e homogénea de todos os africanos da África continental que residem em Cabo Verde revela bem a dimensão problemática da relação do cabo-verdiano com a África.

E, neste sentido, fica sempre a pergunta: em que medida os manuais escolares têm trabalhado na desconstrução de determinados mitos sobre a África e sobre os africanos? Como é que esses mesmos manuais têm construído o imaginário



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

caboverdiano sobre a África e sobre os africanos, a ponto de os caboverdianos não considerarem, em certa medida, uma outra lógica de alteridade em relação à representação da África e desses africanos que vivem em Cabo Verde?

Se a África é uma constante no imaginário caboverdiano, então que África ou que Áfricas é que os cabo-verdianos conhecem? Como já tivemos oportunidade de referir, para além da menção à escravidão, são escassas as referências ao continente africano nos manuais escolares. E Cabo Verde é sempre dado a ver nos manuais como uma espécie de “mundo à parte” do conjunto africano.

### **Políticas de Avaliação e Distribuição de Manuais Escolares**

No Brasil, as políticas públicas de distribuição de livros didáticos estão estabelecidas através de programas nacionais (PNLD – Programa Nacional do Livro Didático – Ensino Fundamental - ; PNLEM – Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio), desde a década de 1980. Pesquisa feita no Brasil (BATISTA & COSTA VAL, 2004) demonstra em que condições o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), após avaliações sucessivas encomendadas a equipes de especialistas pelo MEC, dos diversos títulos inscritos pelas editoras, nas principais áreas do conhecimento, em que se inclui o Português, que aqui nos interessa de perto, tem sido responsável por mudanças significativas, ainda que nem todas as desejáveis, sobretudo no âmbito da formação dos sujeitos para a cidadania e, portanto, no âmbito das relações raciais (cf. SILVA, 2008), mas também no âmbito dos conteúdos teórico-metodológicos, com atividades para os alunos, no âmbito da instrumentalização dos professores para o uso efetivo em sala de aula, além do fornecimento do Guia do Livro Didático, para subsidiar a escolha dos professores, em função da distribuição dos livros para as escolas públicas brasileiras.

Nos demais países de língua portuguesa, percebem-se diferentes modos de organização das políticas públicas, quanto aos manuais escolares. Segundo dados encontrados nos próprios manuais impressos nos países africanos (ficha técnica, folha de rosto e contracapa), que reforçam as falas dos professores, sujeitos da pesquisa, constata-se um manual escolar único, em cada país, fato questionado pelos professores, por não terem “outra alternativa” de escolha do livro para uso em sala de aula.



Em São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné Bissau, a produção de manuais escolares é realizada, para o Ministério da Educação e Cultura, com características de cada país, em Cooperação técnica com uma fundação portuguesa, de manuais escolares de Língua Portuguesa, em forma de coletânea de textos, e nem sempre de outras áreas do conhecimento. Os professores reclamam a falta de atividades de exploração dos textos para os alunos nos manuais.

Em Angola e Moçambique, embora os livros menos recentes revelem ligações com editoras portuguesas, há uma variedade maior de títulos e autores oriundos desses dois países, respectivamente. Os manuais de Língua Portuguesa apresentam coletânea de textos, devidamente acompanhados por atividades de exploração, destacando-se imagens, em fotos e desenhos, mais próximas ao fenótipo da negritude africana, inclusive entre os autores.

Em razão dos muito recentes movimentos de libertação e de independência, na década de 70 do século XX, nos diz Torgal (2008, p. 236): “A História mal começou a fazer-se”, já que “os novos povos africanos tiveram e têm que, em pouco tempo, constituírem uma “história”, com os seus símbolos (o mapa, a bandeira, o hino ou os seus ‘heróis’...), antes mesmo de instituírem os seus instrumentos educacionais, como são os manuais escolares. Por isso não foram encontrados os tais – procurados pela pesquisa – Manuais Escolares de História. Moçambique e Angola, já ensaiam o tratamento por áreas do conhecimento, apresentando manuais escolares sobre *Estudo do Meio*, que abordam aspectos históricos (Cf. Martins, 2010).

## **Análise de Manuais Escolares de Cabo Verde<sup>2</sup>**

O que é o nosso *folk-lore* (novelística popular, morna, outras formas poético-musicais), um instrumento linguístico como o crioulo, o espírito antinómico da aventura oceânica, a nossa “morabeza” [misto de gentileza e liberalidade] e fraternidade racial, a coragem titânica de lutar com uma Natureza adversa - senão valores artísticos, sociais, morais?  
Manuel Duarte, in Laranjeira, 2000, p. 38

<sup>2</sup> Sobre Cabo Verde, aqui são disponibilizados dados levantados por nossas bolsistas de Iniciação Científica do CNPq, bem como Considerações de uma caboverdiana, ex-aluna do Curso de Pedagogia da FaE/UFMG, que agora se encontra em Cabo Verde e tem contribuído conosco, assim como contribuiu outra caboverdiana de Picos, Ilha de Santiago, Professora de Ensino Básico, tendo conseguido ambas exemplares de manuais escolares de Cabo Verde para análise, a quem muito agradecemos.



Fazendo uma leitura panorâmica dos manuais escolares caboverdianos de Língua Portuguesa, para os seis anos de Ensino Básico, podemos perceber que se confirma o trabalho de Cooperação entre o Ministério da Educação e do Desporto de Cabo Verde e uma Fundação portuguesa. Acontece, no entanto, de modo crescente, uma aproximação cada vez maior, ao longo dos manuais de cada ano, com a cultura, a geografia e a história de Cabo Verde, lembrando aqui que nem todos os países africanos tiveram tempo de construir sua própria História, após os recentes movimentos de libertação, ao final do século XX, ao ponto de já terem escrito manuais dessa disciplina.

São manuais com capas coloridas e com desenhos e imagens em preto e branco em seu interior, destacando-se muitas fotografias, que têm a propriedade de trazer objeto para dentro da imagem, imprimindo-lhe um forte dado de realidade, por isso os objetos artísticos e culturais e, sobretudo, as crianças não são somente uma representação, mas um documento da realidade daquele país.

Torna-se importante ressaltar que o manual escolar do 5º ano foge da realidade costumeira, no contexto da produção de manuais escolares em países africanos, não somente por trazer Sugestões de Atividades para exploração dos textos (verbais ou visuais), tão reivindicados pelos professores, mas também três estratégias ao mesmo tempo informativas e lúdicas<sup>3</sup>, fundamentais, quando se trata de trabalhar com jovens: em primeiro lugar, um jogo com mapas das ilhas, montando e desmontando peças, como em busca ao mapa do tesouro; em segundo lugar, um trabalho, ao longo de toda a obra, sobre direitos humanos, voltados para a faixa etária: “Cada criança tem direito...”; em terceiro lugar, a decisão de organizar o livro utilizando, no início de cada unidade, episódios de uma macro-narrativa, subdivida em seções, apresentando ações, personagens instigantes e um certo suspense, para aguçar a curiosidade dos leitores jovens por sua progressão, marcada, por sinal, pela expressão “(continua)”.

Nesse sentido, já na década de 1980, o professor e pesquisador brasileiro, integrante de importante equipe de formação de professores pela UNICAMP, Wanderley Geraldi (1984, p. 110) afirmava que

se deve devolver à escola o que se excluiu dela ao longo dos anos com as ditas práticas pedagógicas – o prazer. Para tanto, se faz necessário que o leitor recupere três princípios básicos: a sua caminhada como leitor (nesta caminhada é importante

---

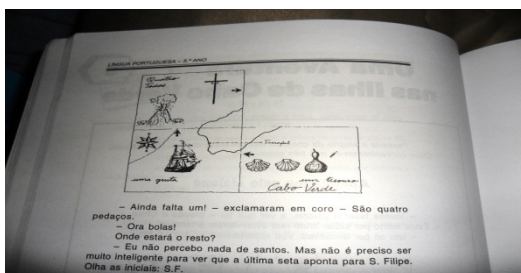
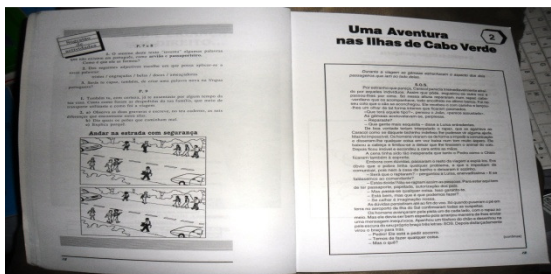
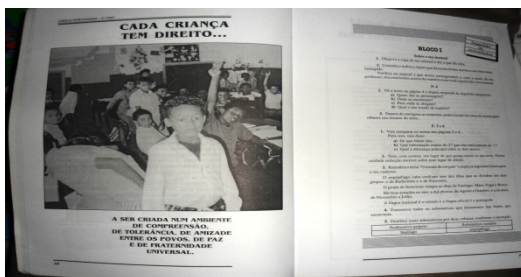
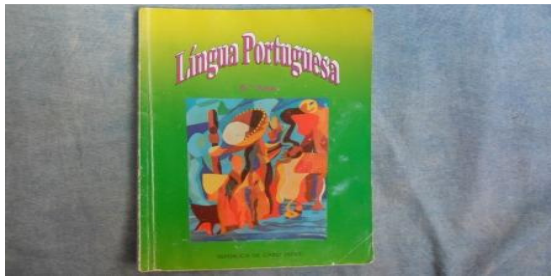
<sup>3</sup> Vale lembrar que o conceito de lúdico aqui tratado implica mais do que entretenimento: um trabalho de linguagem em que as ações propostas aos participantes requerem o uso de estratégias cognitivas.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

considerar que o enredo enreda o leitor); a escolha do livro que vai ler; a quantidade de livros lidos – a quantidade pode gerar qualidade e o mergulho de um leitor no seu livro depende muito de seus mergulhos anteriores.

Princípio semelhante ao primeiro, a partir do qual, em sua caminhada, *o enredo enreda o leitor*, parece ter norteado a autoria do manual, buscando, provavelmente, garantir frutíferos e interessantes mergulhos na trajetória dos alunos enquanto leitores, para fora da escola, para o resto da vida.



Pelo ponto de vista das relações entre textos visuais e textos verbais, é possível perceber, através desse manual escolar destacado, o que argumenta Belmiro (2010, p. 24): ver o que há de visual na escrita verbal e de escrita nas imagens é pensar de forma integrada os modos de expressão do homem contemporâneo.



## Manual Escolar do último ano do Ensino Básico

Coloca-se, a seguir, uma lente de aumento no Manual Escolar de Língua Portuguesa de Cabo Verde - 6º ano, já que esta pesquisa se propôs analisar o exemplar destinado ao último ano do Ensino Básico, para refletir a respeito de como se dedica cada país à construção da cidadania, no final desse ciclo, no mais das vezes de escolaridade obrigatória, como acontece no Brasil.

A capa do Manual, verde, diferentemente das demais capas dos anos iniciais, que trazem desenhos e fotos de cenas cotidianas e escolares, traz uma imagem, com ares de arte moderna, “Catchupa” (mostrando como se prepara esse prato típico da gastronomia de Cabo Verde), tecelagem de José Évora, do Centro Nacional de Artesanato de Mindelo.

A maioria dos textos selecionados para o Manual são literários, confirmam o que dizem Amâncio et al (2008, p. 47), quando afirmam que um dos roteiros que se pode percorrer na relação entre o Brasil e o Continente Africano tem sido o dos diálogos literários, paralelamente às interações históricas, culturais e socioeconômicas. Poucos textos literários são de autores brasileiros ou se referem ao Brasil, mas alguns serão evidenciados mais à frente.

Numa predominância de textos literários, além dos textos visuais (fotos, quadrinhos, desenhos, mapas, quadros), uma variedade de gêneros verbais também comparece, possibilitando aos alunos o trato com uma diversidade de gêneros textuais (poemas, contos, textos informativos, telegrama, receita, ata, recadinho, parlenda, letra de música, partitura).

O Manual é dividido em nove partes:

1. O meu País: *Ilha a Ilha*;
2. Guia de Cabo Verde – Recursos Naturais;
3. Guia de Cabo Verde – Vida quotidiana;
4. Guia de Cabo Verde – Actividades económicas;
5. Guia de Cabo Verde – Emigração;
6. Guia de Cabo Verde – Tradição;
7. Guia de Cabo Verde – Tempos livres;
8. Guia de Cabo Verde – Amor;
9. Vem aí o amanhã.

Em O meu País, o uso do pronome possessivo “meu” remete o leitor-aluno a se apropriar, aos poucos, numa perspectiva macro, da pátria que é sua, aprofundando-se mais ainda, numa perspectiva micro, na ilha que é sua e o seu significado no arquipélago como um todo. Esta primeira unidade, que se inicia com a foto significativa de uma praia, com uma História em Quadrinhos “E assim nasceram dez ilhas”, com um

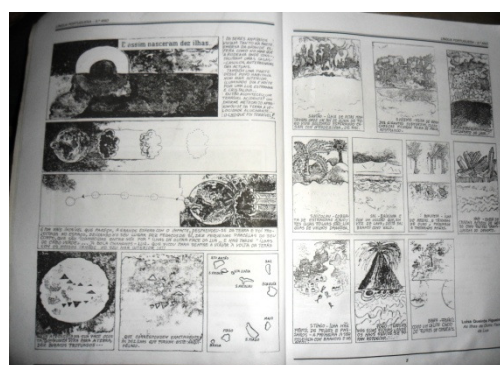
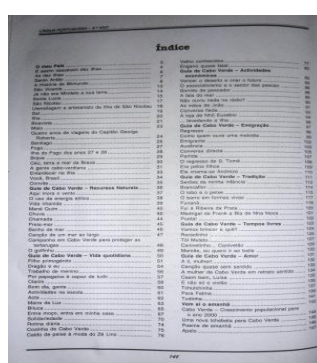
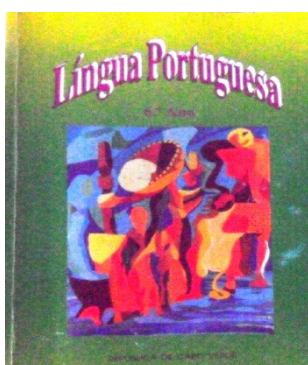


» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

quadrinho representando cada ilha, na segunda parte, um poema “As dez ilhas” e mais fotos de paisagens, destinam-se vinte e quatro páginas para fazer referência às dez ilhas que formam o arquipélago de Cabo Verde, também com muitas fotos representativas, mapas, desenhos, textos informativos e, sobretudo, textos literários, em poesia ou prosa, a fim de fazer a caracterização física de cada ilha, como localização, superfície, relevo, clima, economia, cultura, além de explorar o imaginário e a fantasia: Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boavista, Maio, Santiago, Fogo e Brava.

Esses textos mostram que a diversidade de gêneros visuais e verbais dá a ver a multiplicidade de formas com que os alunos podem e devem ser representados. Dessa forma, não só a informação, e a sua facilitação por imagens, é posta para conhecimento dos alunos, como também explicitam-se os diferentes modos de apropriação da sua realidade, seja pela informação mais detalhada, seja pela estética que conforma os povos em geral e, no caso, o de Cabo Verde.

Ao final dessa seção *Ilha a Ilha*, quatro textos fecham esta primeira parte, para falar de si mesmo, caboverdiano, para interagir com outros sujeitos: “A gente caboverdiana”; “Entardecer na Ilha”; “Você, Brasil”, em que se se comparam os dois países: *Eu gosto de você, Brasil / Você é parecido com a minha terra / O que é é que lá tudo é à grande/ e tudo aqui é em ponto mais pequeno...* (Jorge Barbosa, *Poesias*). O quarto texto é um “Convite” ao Estrangeiro: *... come camoca de milho torrado, ou milho aliado, que hás-de gostar/ ... come do meu cuscus quente, mais grosseiro e mais gostoso do que o teu queque fino – pilado de madrugada.*



As seções subsequentes levam um título geral, Guia de Cabo Verde, que parecem pretender levar o leitor, seja ele caboverdiano ou não, a conhecer as particularidades, não de cada ilha, como fez a primeira seção, mas dos aspectos relevantes da situação do país.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Em Recursos naturais, não deixando de tratar da preia-mar, do mar alto, da energia eólica, das tartarugas, dos golfinhos, as características físicas são mais evidentes nos textos que abordam, no texto “Aqui mora o Vento”, a presença marcante do sol e do vento em Cabo Verde, e no texto “Vida Nhanida”, a chegada da “época pluviosa”, para aliviar da ausência marcante da chuva, já que *não chovera nos últimos três anos e a fome grassava pela ilha*, considerando que *em Cabo Verde não há rios e a água é mais do que escassa* (p.38 e 39). Um poema de Neves e Souza, de *Macuta e Meia de Nada* faz um apelo: *Tempo, ó tempo sem descanso, / sempre a passar, / traz chuva, tempo... // traz ilusão também / lágrimas da terra mãe. // Que o vento, vento sem descanso, / está com pressa de as secar*. Pelas próprias características do arquipélago, essa seção é fortemente marcada por imagens e simbologias que certamente comovem o habitante do país e tentam (ou querem) comover o leitor.

Na Seção Vida quotidiana, são abordadas relações familiares, relações de crianças com animais de estimação, contribuição das crianças nos trabalhos dos *mais velhos*; brincadeiras; papagaios de papel; estudo em casa: *aquele chiuchiu de leitura feito missa rezada pela manhãzinha... a esfolhear os livros e os cadernos*; e até mesmo *Actividades na escola; Acta do Conselho de Turma*; discussões sobre Cidadania com o título *Solidariedade*; trabalho com gêneros textuais: carta, telegrama, ata, receita de prato típico caboverdiano: caldo de peixe.

Em se tratando de Actividades Econômicas, apresentam-se, de início, imagens de um mercado, com cestos de frutas e uma imagem diferente, com os dizeres: *Trabalhadores abrem plataformas nas encostas de morros para plantar árvores e tentar “vestir o país de verde”*, na abertura de um texto jornalístico do *Terceiro Mundo* (maio, 1987), sob o título: “Vencer o deserto e criar o futuro”, de Carlos Pinto Santos, enviado especial, que versa sobre *trinta mil hectares arborizados*, de uma *organização privada de cariz voluntarista*, Associação dos Amigos da Natureza, que pode gabar-se de ter plantado mais de um milhão de árvores, para finalizar com A “*invenção da água*”, demonstrando como, no arquipélago, a água é *captada, transformada, “fabricada”*. A seção prossegue, com outros textos informativos e literários, sobre a loja do Nhô Eusébio, aonde muitos iam *só para ver a menina bonita a medir chitas e a rasgar caqui*; sobre as bichas [filas] na padaria da Conceição, que *comparava toda a*



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

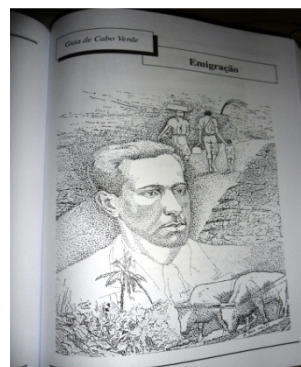
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

gente com pães, pois *as pessoas também tinham fermento*; sobre o associativismo e a modernização da pesca e, sobretudo, sobre o Sorriso do pescador:

*Qualquer pescador tem um sorriso sereno. Talvez por tantas horas passadas em silêncio, ou talvez pela ligação estreita com os elementos. Esse sorriso sereno também se pode observar nos velhos que trabalham a terra anos sem conta* (Vasco Martins, *A verdadeira dimensão*, p. 88).

A próxima Seção, Emigração, cuja página inicial apresenta uma família caminhando, de costas, ou seja, evocando o abandono do país e de toda a sua riqueza agrícola e pecuária, como sugere a imagem, aborda um dos problemas mais sérios enfrentados por Cabo Verde, como já foi mencionado na Contextualização: há mais caboverdianos fora do que no país. Os títulos dos textos poéticos ou narrativos evocam especificamente essa problemática: Regresso, Como quem ouve uma melodia, Emigrante, Ausência, Conversa directa, Partida, O regresso de S. Tomé, Era pelos filhos, Ela chama-se Andreza, ressaltando-se a última estrofe do poema Emigrante (Ana Júlia M. M. Sança, *Arco Vírus e Vibra Sóis*, p. 102):

Emigrante!  
Suportar esse título tão honradamente,  
Ter de comer o pão que o diabo amassou,  
Ser sempre forasteiro em porta alheia...



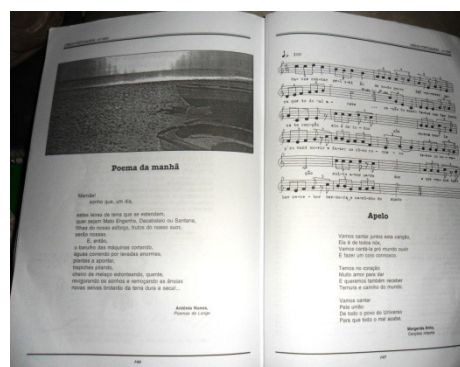
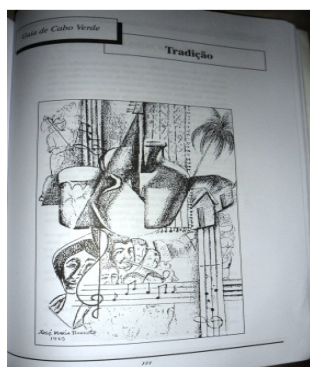
As três Seções seguintes, Tradição, Tempos Livres e Amor, retomam o que há de mais recôndito, na infância, na juventude e na adultice dos caboverdianos, com uma pergunta bem peculiar: Vamos brincar a quê? Assim, comparecem expressões culturais, como: serões da infância, parlenda Canivetinho... Canivetão..., brincadeiras de roda, o lendário palácio de Brancaflor, o lobo e o peixe, nas olarias – o barro em formas vivas, Funaná, batuque na cerimônia de casamento, serenata, ir ao baile, cartas de amor, a mulher de Cabo Verde.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina



Em síntese, o manual escolar de Cabo Verde do último ano do Ensino Básico, embora não apresente Sugestões de Atividades, tão desejadas pelos professores que estão no cotidiano de sala de aula, conforme apresentou o manual do 5º ano, tem a função de “guiar” o leitor por todo o seu território em forma de arquipélago, por todo o seu potencial geográfico, histórico, literário, cultural, artístico, econômico, construindo o seu orgulho e a sua auto-estima, assim como pelas problemáticas enfrentadas no cotidiano, incluindo-se o que foi apontado, veementemente, na contextualização, isto é, os fortes índices de emigração. Não deixa, porém, de lançar um olhar para o futuro, evidenciando, em fotos e em música infantil, o foco e a esperança na infância.

## Concluindo

Esta nova faceta da pesquisa com dados específicos de Cabo Verde vem evidenciar alguns aspectos que enriquecem a investigação como um todo e mesmo levantar algumas questões, por uma perspectiva crítica.

Em se tratando do caso caboverdiano, a pergunta se repete: se são escassas as referências ao continente africano, que África ou que Áfricas os caboverdianos conhecem através dos manuais escolares? Será Cabo Verde sempre dado a ver nos manuais, e especialmente em relação à escravidão e ao racismo, como uma espécie de “mundo à parte” do conjunto africano?

Em se tratando do caso brasileiro, será que o Brasil, com uma história de escravidão e por ser um país *multirracial* (GOMES, 2010), em que a *branquidade normativa* (SILVA e ROSEMBERG, 2008) se torna demasiadamente evidente, teria mais dificuldades, como fazem os países africanos de Língua Portuguesa, em cultivar, estudar, tornar conhecido o seu lado “étnico” (cultural, histórico), por ter que lidar com questões do lado “racial” (ideológico, relacional), o que resvala em problemas de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

racismo, preconceito e discriminação, inclusive e sobretudo, nos livros didáticos brasileiros?

Muitas outras questões como essas alimentam esta pesquisa, que demanda diferentes olhares, numa perspectiva multidisciplinar, pensando também nos demais países de língua portuguesa.

Historiador, Paiva (2002, p. 104) nos alerta para continuarmos em investigações que articulem textos visuais e textos verbais, lançando uma questão que nos impulsiona: Como a imagem, de maneira semelhante ao texto escrito, pode ser um instrumento por meio do qual conseguimos mergulhar na complexidade, na pluralidade e na riqueza do mundo e da história do mundo?

Além disso, em que medida essas imagens são provas de convencimento e também são arte? Certamente dão a indicação do poder que essas linguagens visuais têm no mundo contemporâneo e que os manuais, de uma maneira geral, utilizam. Assim, os textos visuais, nesses manuais, colaboram com os textos verbais para repercutir e, em contrapartida, construir, didaticamente, o imaginário desses países.

## Referências

- AMÂNCIO, Iris M. C.; GOMES, Nilma L.; JORGE, Miriam L. S. (2008) *Literaturas africanas e afro-brasileira na prática pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica.
- BATISTA, Antonio A. G.; COSTA VAL, M. G. (Org.) (2004). *Livros de Alfabetização e de Português: os professores e suas escolhas*. Belo Horizonte: Autêntica.
- BELMIRO, Celia Abicalil. (2010). Palavras, imagens, discursos na Educação. In: PEREIRA, Júnia Sales. *Produção de materiais didáticos para a diversidade: patrimônio e práticas de memória numa perspectiva interdisciplinar*. Belo Horizonte: Brasília/FaE,CP-UFMG/CaedUFMG/Secad-MEC.
- BRASIL. (2007) Ministério da Educação. *Guia de Livros didáticos – História. Séries/Anos Finais do Ensino Fundamental*. PNLD 2008. Brasília: MEC.
- COUTO, Mia (2005) *Pensatempos: textos de opinião*. Maputo: Ndjira, 2005, p. 60-62.
- FAIRCLOUGH, Norman (2001) *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- FORQUIN, J-C. (1993) *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Trad. Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas.
- GERALDI, João Wanderley (org.). (1984). *O texto na sala de aula: Leitura & Produção*. Cascavel: ASSOESTE.
- GOMES, Nilma. (2010) Discursos sobre África e a Representação dos Afro-Brasileiros em Livros Didáticos de Países de Expressão Portuguesa. Comunicação e discussão de Projeto. CES – Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra.
- LARANJEIRA, Pires (Org.). (2000) *Negritude Africana de Língua Portuguesa*. Braga: Angelus Novus.
- MAMA, Amina. (2010) Será ético estudar a África? Considerações preliminares sobre pesquisa acadêmica e liberdade. In: SANTOS, B. S., MENEZES, P. (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez.
- MARTINS, Aracy A. (2010). Discursos Docentes sobre a África e Livros Didáticos em Países Lusófonos In: DALBEN, A.; DINIZ, J. ; LEAL, L. XV *ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 2010, Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*. Belo Horizonte: Autêntica Editora/UFMG.
- MUNANGA, Kabengele & GOMES, Nilma L. (2006) *O Negro no Brasil de Hoje*. São Paulo: Global.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

PAIVA, Eduardo França. (2002). *História & Imagens*. Belo Horizonte: Autêntica.

SANTOS, Boaventura S.; MENEZES, Paula (Orgs.) (2010). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da (2007). Desigualdades raciais em livros didáticos e literatura infanto-juvenil. In: SILVA, Paulo Vinicius Baptista. da; COSTA, Hilton (orgs). *Notas de história e cultura afro-brasileiras* (Orgs.). Ponta Grossa: UEPG/UFPR.

SILVA, Paulo Vinicius B.; ROSEMBERG, Fulvia. (2008) Brasil: lugares de negros e brancos na mídia. In: DIJK, Teun A. van. *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. (2008). *Racismo em livros didáticos: estudo sobre negros e brancos em livros de Língua Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica.

TORGAL, L. R. (2008) As Comunidades Imaginadas: reflexões metodológicas sobre o estudo dos nacionalismos africanos. In: TORGAL, L. R.; PIMENTA, F. T.; SOUSA, J. S. (Coords.). *Comunidades Imaginadas: Nação e Nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

VAN DIJK, Teun A. (2008). *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto.